

ACTA NÚMERO UM

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BELMONTE, REALIZADA EM VINTE E TRÊS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E SETE.

Aos vinte e três dias do mês de Fevereiro de dois mil e sete, pelas 20:30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Belmonte, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal Manuel Tomás Geraldès, comigo o Senhor António Manuel Evaristo Duarte primeiro Secretário da Mesa e o Senhor Artur Alberto Mendes de Elvas Segundo Secretário da Mesa.

Eleitos do PS: Alfredo Guerra Martins, Catarina Alexandra Teixeira Mendes, José Martins da Fonseca e Maria da Graça Pedruco Paulo Amaro;

Eleitos do PSD: Acácio Bernardo Nunes Dias, António Luís Nave D'Elvas, António Pinto Serra, Francisco António Afonso Barata Silveira e Maria Manuela Martins Sampaio;

Eleitos da CDU: Ilda Maria Barroso Leal;

Presidentes de Juntas eleitos do PS: António Manuel Gonçalves Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte, Carlos Manuel Teixeira Amaro Presidente da Junta de Freguesia de Maçainhas, Manuel Firmino Cameira Presidente da Junta de Freguesia de Inguias e Vítor Manuel Mendes Alves Presidente da Junta de Freguesia de Caria;

Presidentes de Juntas eleitos do PSD: Paulo Jorge Dias Duarte Gonçalves Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal da Torre.

Em virtude do membro constituintes da Assembleia Municipal, da lista da PSD Senhor Deputado José Carlos Dias Duarte Gonçalves ter pedido a suspensão de mandato, por período inferior a 30 dias, em conformidade com o artigo 78º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua última redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, 11 de Janeiro, foi convocado o Senhor António Manuel Novais Teixeira.

O Senhor Presidente Assembleia após ter verificado que existia quórum deu por aberta a sessão e leu o edital que deu origem à convocatória, informou que a Digníssima Assembleia iria funcionar com 18 presenças, registando-se as ausências dos Senhores Deputados Joaquim Robalo Amaro e António Manuel Novais Teixeira.

1 - APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR:

LEITURA E APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2006.

O Senhor Presidente da Assembleia submeteu o ponto à discussão, dando a palavra ao Senhores Deputados:

O Senhor Presidente da Assembleia informou que se iria proceder à votação da acta da Assembleia Municipal de Belmonte, realizada em 14 de Dezembro de 2006.

Tendo a Assembleia Municipal deliberado, por maioria, aprovar a acta da sessão ordinária realizada em 14 de Dezembro de 2006, com 17 votos a favor e 1 abstenção da Senhora Deputada Ilda Maria Barroso Leal, por motivo de ausência na referida sessão.

De seguida o **Senhor Presidente da Assembleia** passou ao expediente e informou a Assembleia que através de informação escrita tinha sido dado conhecimento da correspondência recebida e expedida.

A Senhora Deputada Ilda Maria Barroso Leal (CDU) no uso da palavra disse:

“Proponho que o 4.4 da ordem de trabalhos seja retirado da ordem de trabalhos, porque na nossa opinião sendo esta uma matéria de especial gravidade que afecta directamente os trabalhadores, as organizações sindicais terão que ser ouvidas pois de acordo com a Lei e com o Código de Procedimento Administrativo assiste às associações sindicais o direito de participação e de negociação nesta matéria. Para além, disso também o bom senso das boas praticas democráticas aconselham a consulta aos órgãos representativos dos trabalhadores.”

O Senhor Presidente da Assembleia propôs à discussão a proposta apresentada.

O Senhor Presidente da Câmara relativamente à proposta apresentada esclareceu que não se está a criar um novo Quadro de Pessoal mas sim a adapta-lo de acordo com a nova legislação.

O Senhor Deputado António Luís Nave D`Elvas (PSD) disse:

“O PSD tem dúvidas jurídicas sobre a pretensão da proposta da CDU, pelo que solicitamos que seja emitido um parecer jurídico sobre esta matéria.”

O Senhor Presidente da Assembleia propôs à votação a retirada do ponto 44. da ordem de trabalhos.

Tendo a Assembleia Municipal deliberado, por maioria retirara o ponto 4.4 Alteração ao Quadro de Pessoal de Direito Público da Câmara Municipal de Belmonte e aprovação do Regulamento de Selecção para a celebração de contrato da ordem de trabalhos com 7 votos a favor, 6 votos contra e 5 abstenções.

O Senhor Deputado José Martins da Fonseca (PS) no que concerne à matéria em discussão disse:

“Votei no sentido de se manter este ponto na ordem de trabalhos, porque não consta que haja um preceito que torne obrigatório a prévia consulta de sindicatos. Os sindicatos devem estar atentos ao que se passa, pelo que haveria tempo de se oporem ou apresentar as suas reivindicações antes de este assunto vir para a Assembleia. Alterar ou deixar de discutir um diploma que poderá ser necessário a breve prazo, é eventualmente contribuir para que se atrase os serviços municipais.”

O Senhor Presidente da Assembleia de seguida leu a ordem de trabalhos que se transcreve:

- 1 - Aprovação da acta da sessão anterior;
- 2 - 1º Período de intervenção dos senhores munícipes;
- 3 - Período antes da ordem do dia;
- 4 - Período da ordem do dia;
- 4.1 - Informações do Presidente sobre a actividade municipal e situação financeira do município;
- 4.2 – Projecto de Regulamento do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços;
- 4.3 – Adesão e aprovação dos Estatutos “Aldeias Históricas de Portugal” – Associação de Desenvolvimento Turístico.

5 – 2º Período de intervenção dos Senhores Municípes.

2 – 1º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES MUNÍCIPES:

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público presente, não tendo havido qualquer intervenção.

3 - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

O Senhor Presidente da Assembleia declarou que estavam abertas as inscrições para o período antes da ordem do dia.

O Senhor Deputado José Martins da Fonseca (PS) disse:

“Hoje é um dia com algum significado para Belmonte, é o 20º aniversário da morte de Zeca Afonso. Belmonte para Zeca Afonso significava a terra onde tinha tido o pior ano da sua vida.

Entendamos que ele teve em Belmonte a sua primeira reacção à ditadura, porque foi confrontado com o viver do tio que era um homem «situacionista» e defensor da ditadura salazarista. Belmonte foi o despertar do sensibilizar dele contra o totalitarismo, mas também foi em Belmonte que começou a ganhar o gosto pela música, poderemos dizer que foi daqui que ele ganhou talvez o princípio da inspiração para toda a heróica vida. Belmonte contribuiu para o esplendor da sua arte universalmente reconhecida e é como um combatente da liberdade, como músico e artista que hoje saudamos Zeca Afonso.”

O Senhor Deputado António Luís Nave D`Elvas (PSD) disse:

“Fomos confrontados esta semana com a decisão do encerramento das Escolas do 1º ciclo praticamente em todo o concelho, com a excepção de Belmonte e Caria, a menos que haja qualquer outra razão que se venha sobrepôr às razões que o governo invoca esta será a realidade. Naturalmente somos contra, porque entendemos que o critério único do número de alunos não pode servir como base para o encerramento, existem outros valores nas aldeias que são importantes de preservar nomeadamente a fixação dos alunos à sua terra natal e ao sítio onde vivem. No entanto num critério financeiro e de racionalização dos recursos poderíamos entender efectivamente que o encerramento das escolas se possa vir a justificar, sempre que o município em colaboração com o ministério da educação possam agir proactivamente por antecipação, criando as condições necessárias nas freguesias de acolhimento e criando uma rede de transportes municipais que contemple todas estas deslocações de forma a minimizar os danos que possam vir a ser provocados nas crianças e nas famílias.

Era desejável que fossem canalizados todos os recursos necessários à criação do Centro Educativo de Caria para que no próximo ano lectivo estivesse dotado de todas as condições condignas para receber as crianças, bem como seria desejável o melhoramento do Centro Educativo de Belmonte para que possa oferecer mais e melhores recursos aos alunos que ali estão instalados.”

O Senhor Deputado José Martins da Fonseca (PS) no uso da palavra disse o seguinte:

“O assunto da educação já foi bastante ventilado aqui assim como o da saúde. Acredito que o governo irá criar Centros Educativos de excelência onde haja ensino de qualidade e com condições condignas á prática deste.

Em relação à saúde também aqui o governo diz e reafirmou nestes últimos dias que pretende passar dos 450.000 cidadãos que estão a mais de uma hora de uma urgência para 50.000, pelo que tenho de acreditar que o governo irá acautelar todas estas situações e se assim não proceder eu próprio censurarei o governo, a não ser que me apresentem uma razão muito válida.”

O Senhor António Manuel Gonçalves Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte disse:

“Com o devido respeito que todos os deputados desta assembleia me merecem mas às vezes tenho a sensação que os interesses da Freguesia de Belmonte nem sempre têm sido devidamente defendidos nesta assembleia. Oxalá que o pedido de suspensão apresentado agora pelos Senhores Vereadores do Mpb não me venham dar a razão e não venham fragilizar ainda mais a defesa dos interesses da Freguesia de Belmonte.

Em jeito de comentário à intervenção do Senhor Deputado António Luís Nave D`Elvas quero apenas dizer que, pior que o critério único baseado no numero das crianças é a dualidade critérios, e sobre essa podemos nós falar, nós Freguesia de Belmonte quem no ano passado encerraram uma escola e não fomos contactados para nada, pese embora o facto de termos enviado atempadamente, um ofício para o CAE a solicitar o não encerramento dessa escola. Este ano já houve o cuidado por parte da Senhora Coordenadora em procurar o diálogo com a maioria dos parceiros educativos para uma primeira auscultação.”

O Senhor Deputado António Luís Nave D`Elvas (PSD) disse:

“Em primeiro lugar fico satisfeito com a importância salientada por parte do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte no reconhecimento do trabalho efectuado pelos Senhores Vereadores do MPb, pelo que desejo e tenho a inteira confiança que os Senhores Vereadores substitutos também o irão fazer.

Relativamente à reivindicação sobre o encerramento da escola de Belmonte - Gare, foi aprovado na Câmara Municipal uma resolução pedindo que a escola se mantivesse aberta e que se mantivesse aquele lugar a concurso, e de forma autista o governo esqueceu tudo e todos e fechou mesmo a escola. Isto é umas formas que consideramos inaceitável de trabalhar.”

O Senhor Paulo Jorge Dias Duarte Gonçalves Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal da Torre disse:

“O Colmeal da Torre é uma aldeia industrial implantada e agrícola relevante. Esta actividade laboral residente conduz à necessidade de criar gosto em viver na aldeia e fazê-la progredir, é o melhor que se adquire nos primeiros anos de vida no jardim-de-infância e na escola do 1º ciclo. A escola de Colmeal da Torre tem quatro salas com dezassete crianças, em boas condições e bem equipadas com apoio permanente da Junta de Freguesia e Câmara Municipal. Tem condições para se assumir como escola de acolhimento, há apoio nas actividades extracurriculares, vamos criar o fornecimento de almoço e prolongamento de horário a todas as crianças do 1º ciclo, como fizemos já no jardim-de-infância e com óptimos resultados. Com este serviço vamos trazer para a nossa escola no próximo ano lectivo crianças do Colmeal que estão em Belmonte. Estes factos criam condições de uma maior proximidade da comunidade com a escola e professor, facilitando a comunicação com os pais e encarregados de educação, de modo a permitir um acompanhamento sistemático da

evolução no percurso dos educados na vida escolar. Leva por sua vez a um maior envolvimento das crianças com a comunidade educativa de onde são oriundas. Belmonte não oferece mais-valias, para além da capacidade de acolher mais crianças ser questionável, o Centro Educativo de Belmonte está super lotado e teriam de ser adoptados novos espaços contrariando o enraizamento desejável a todos os níveis. Se queremos combater a tão mencionada desertificação esta não é seguramente a melhor forma.”

O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento do ofício enviado à Assembleia Municipal de Belmonte por parte do Senhor Presidente da ARS Centro relativamente à moção enviada a esta entidade.

O Senhor Deputado José Martins da Fonseca (PS) disse:

“Todas estas siglas para mim são algo imperceptíveis, pelo que solícito ao Senhor Presidente da Mesa que nos explique melhor o conteúdo do ofício que acabou de ler, uma vez tratar-se de matéria técnica e não temos qualificação para o acompanhar.”

O Senhor Presidente da Assembleia esclareceu a Assembleia relativamente ao conteúdo do ofício da seguinte forma:

“O SAP do Centro de Saúde de Belmonte vai deixar de existir como tal, embora a assistência aos casos agudos se mantenha, ou seja, deixa de funcionar como SAP mas nunca deixará de prestar assistência aos doentes em situação de doença aguda. Estes passarão a ser atendidos pelo médico de família, quando o médico de família se ausentar por qualquer razão, por substituição os doentes são vistos por outro médico no próprio dia. Acrescentar ainda que as situações de urgência não passarão a ser atendidos no Centro de Saúde.”

O Senhor Deputado Acácio Bernardo Nunes Dias disse:

“Isto é deixar de ter acesso à saúde num SAP onde se pagaria à volta de 2 euros por uma consulta, e que passaremos a pagar cerca de 7 euros por uma consulta de urgência num hospital. Se eventualmente tivermos uma constipação ou uma gripe teremos que recorrer ao hospital porque não seremos atendidos no SAP e isso vai custar mais dinheiro aos utentes.”

O Senhor Presidente da Assembleia disse:

“O Senhor Deputado não tem razão naquilo que disse, porque em primeiro lugar o paciente em situação aguda é sempre observado no Centro de Saúde pelo médico de família ou em caso de ausência deste pelo médico que o esteja a substituir, isso é uma garantia.”

O Senhor Deputado José Martins da Fonseca (PS) disse:

“Não é demais lembrar algumas das promessas eleitorais no campo da saúde, em que todos os partidos foram unânimes, na promessa de medidas para melhoria desta área ao nível do Concelho de Belmonte. Foram também unânimes na necessidade da criação de uma unidade de cuidados continuados, o que não me parece que as coisas floresçam na realidade. Parece-nos que a médio longo prazo será inevitável que as extensões de saúde encerrem, pelo que o município já devia estar no terreno a procurar uma alternativa, a fim de deslocar os utentes das aldeias através de uma forma célere e programada com uma rede de transportes municipais para locais onde exista um médico.

Pelo que questiono o Senhor Presidente da Câmara Municipal, qual a posição adoptada pela câmara relativamente ao encerramento das extensões de saúde, do SAP e se a unidade cuidados continuados será uma realidade ou não.”

O Senhor Presidente da Câmara respondeu à questão colocada pelo Senhor Deputado António Luís Nave D`Elvas:

“Acho que é um pouco extemporâneo estar a justificar se as ditas promessas eleitorais irão ou não ser cumpridas, pelo que daqui a três anos cá estaremos para esclarecermos as populações.

Relativamente à criação da unidade de cuidados continuados, quero esclarecer que foi acordado com o Senhor Secretário de Estado em funções na altura, através de um acordo verbal em que a Secretaria de Estado se dispunha a co-financiar o investimento em cerca de 100 mil contos, pelo que quanto sei, foi feita uma entrega de 40 mil contos para a criação dessa unidade. Questionámos por escrito a Secretaria de Estado se de facto teria sido entregue essa verba e se a criação da unidade seria uma realidade ou não, e ainda não obtivemos qualquer resposta, portanto não tenho condições para adiantar mais que isto. É a realidade da situação.”

O Senhor Presidente da Assembleia esclareceu ainda:

“Que já estava em curso a reorganização de todos os Centros de Saúde, uma vez que havia alguns SAP's que já tinham encerrado e já funcionam nos novos moldes. No caso de Belmonte, o que foi feito foi alargar o funcionamento das consultas e dos cuidados de enfermagem de forma a atender os utentes no horário pós laboral.

Relativamente à rede de cuidados continuados, está implementada e é composta pelas unidades de convalescença, de internamento de média duração e de internamento de longa duração. Os cuidados continuados dirigem-se fundamentalmente aos doentes dependentes temporariamente ou definitivamente que necessitem deste tipo de assistência, que apresentem dependência no domicílio. Caso seja necessário o doente, será transferido para a unidade de média duração ou de longa duração, ou ainda para a unidade de convalescença, mas para isso tem que ser internado através do hospital. O paciente pode permanecer trinta dias nesta unidade, ao fim desses dias se estiver curado irá casa se não tem que abandonar a unidade de convalescença e vai novamente para o hospital ou passa para a unidade de média ou longa duração.

No caso específico de Belmonte o Centro de Saúde vai arrancar no mês de Março com os cuidados domiciliários através de duas equipas que irão ao domicílio prestar cuidados de saúde. Uma irá prestar cuidados de saúde à zona norte do concelho e a outra irá prestar cuidados à zona sul do concelho. Estas equipas são constituídas por um médico um enfermeiro, um administrativo e uma assistente social. Estes cuidados são prestados de uma forma programada aos doentes que o solicitem e aos doentes que estão no domicílio. Os cuidados continuados são da responsabilidade do Ministério da Saúde e da Segurança Social.”

O Senhor Deputado José Martins da Fonseca (PS) disse:

“Confesso que somos leigos na matéria mas ficou-nos a impressão de que efectivamente se está a trabalhar no sentido da eficiência. Pude concluir após a exposição feita pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que no caso dos utentes das aldeias limítrofes como Aldeia de Souto, Vale Formoso e Bendada ou seja que não façam parte do Concelho de Belmonte, de acordo com esta nova situação não poderão ser atendidos no

Centro de Saúde de Belmonte pelo que terão que se deslocar aos centros de saúde dos seus concelhos. Sendo assim será que vale a pena ter uma Unidade de Cuidados Continuados? Ou então temos que arranjar maneira para potenciar Belmonte para que justifique este tipo de investimento.”

O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento à Assembleia da moção elaborada pela Comissão Permanente e que passou a ler:

“Moção: Reorganização do Centro de Saúde de Belmonte:

Considerando que:

1. São objectivos dos centros de saúde a promoção e a vigilância da saúde, a prevenção, o diagnóstico e o tratamento da doença, através do planeamento e da prestação de cuidados, bem como do desenvolvimento de actividades específicas dirigidas, globalmente, ao indivíduo, à família, a grupos especialmente vulneráveis e à comunidade;

2. Que está em curso a reforma dos Cuidados de Saúde Primários, que deve ter como finalidade a prestação de cuidados de saúde de forma personalizada, garantindo a acessibilidade, a continuidade e globalidade dos mesmos;

3. Que há que ter sempre presente a necessidade de melhorar a satisfação dos Profissionais de Saúde e dos cidadãos;

4. Que o processo de reestruturação dos centros de saúde não pode ser universal nem uniforme, devendo antes fazer-se de modo progressivo, flexível e consensual, tendo em conta as realidades específicas da área geográfica por eles abrangida;

5. Para cumprir a sua missão, os Centros de Saúde devem promover a participação dos cidadãos e da comunidade, bem como colaborar com todas as entidades cujos objectivos e âmbito de acção sejam convergentes com os da saúde, nomeadamente nas áreas da educação e da acção social;

6. Os Centros de Saúde devem assegurar aos utentes a máxima acessibilidade possível, nomeadamente através do princípio de atendimento no próprio dia, preferencialmente pelo seu médico de família, ou, na sua ausência, por inter substituição;

7. O Centro de Saúde de Belmonte assegura o seu funcionamento normal entre as 8 e as 20 horas, encerrando aos sábados, domingos e feriados;

8. A população do Concelho de Belmonte está envelhecida, apresentando um índice de dependência de 38,4% e um índice de envelhecimento de 163%;

9. Fora deste horário os doentes com necessidades de cuidados médicos agudos e de enfermagem (pensos, injectáveis, cuidados domiciliários, etc.), recorre ao Hospital da Covilhã originando insatisfação pelo aproveitamento dos recursos instalados;

10. Estes doentes originam sobre utilização das urgências do hospital com casos de doença aguda com resolução nos cuidados de saúde primários;

11. A reorganização do Centro de Saúde prevê o encerramento do SAP, sem prejuízo dos casos de doença aguda, mas excluindo o atendimento das urgências/emergências;

12. O Centro de Saúde de Belmonte atende doentes das localidades vizinhas pertencentes aos Concelhos limítrofes da Guarda, Sabugal, Fundão e Covilhã, uma vez que para estes o Centro de Saúde de Belmonte representa melhor acessibilidade para os cuidados de saúde de que necessita;

Porque a matéria é do maior relevo e urgência a Assembleia Municipal de Belmonte reunida em sessão ordinária no dia 23 de Fevereiro de 2007, delibera:

1. Manifestar total oposição ao encerramento do SAP;

2. Exigir a abertura do Centro de Saúde aos sábados, domingos e feriados;
3. Exigir a continuidade do funcionamento das extensões de saúde.

A Senhora Deputada Ilda Maria Barroso Leal (CDU) disse:

“Defendemos todas as tomadas de posição que sejam para melhorar o Serviço Nacional de Saúde e que promovam a proximidade com os doentes.”

O Senhor Deputado José Martins da Fonseca (PS) disse:

“Entendo que Belmonte devia tomar uma posição mais firme do que aquela que toma em diversos assuntos nomeadamente neste da saúde. Temos uma divisão administrativa do século XIX que não corresponde à realidade das necessidades das populações, não faz sentido que localidades como Vale Formoso, Aldeia de Souto, Orjais, Bendada e outras terem que se deslocar para tão longe para tratar dos assuntos próprios ao município em localidades como a Covilhã, Sabugal ou Fundão, deviam de o poder fazer em Belmonte, porque está bem mais acessível e central, agora com estas alterações todas nomeadamente no campo da saúde o nosso centro de saúde fica muito mingado na sua tarefa, pois sugiro que se estudem formas de lateral esta situação.”

O Senhor Deputado José Martins da Fonseca (PS) disse:

“Esclarecer que esta moção é uma moção exarada da Comissão Permanente e quanto a mim pessoalmente, não me oferece dúvidas quanto as reivindicações que são justas é aquilo que todos queremos. Propunha que seja incluída nesta reivindicação o exigir que as extensões de saúde se mantenham também abertas como serviço de proximidade às populações.”

O Senhor Presidente da Assembleia informou que se iria passar à votação da moção apresentada.

Tendo a Assembleia Municipal deliberado por unanimidade aprovar a moção apresentada.

O Senhor Presidente da Assembleia informou os Senhores Deputados que iria passar ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

4 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

4.1 - INFORMAÇÕES DO PRESIDENTE SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO.

O Senhor Presidente da Assembleia começou por dar a palavra ao Senhor Deputado Acácio Dias Bernardo Nunes Dias (PSD).

O Senhor Deputado Acácio Bernardo Nunes Dias (PSD) disse:

“Tem esta Assembleia Municipal, para além de outras funções, o direito e o dever de acompanhar e fiscalizar a acção do Exmo. Executivo.

Por várias vezes este Órgão, dentro um espírito de colaboração que é devido a esta Câmara, tem proposto ao Executivo sugestões e recomendações que consistentemente são ignoradas.

É claro que não compete a esta Assembleia dirigir ou alterar as estratégias de desenvolvimento do Concelho, mas é da múltipla discussão, que poderão surgir alternativas que sejam benéficas para as populações.

Nesta óptica pensamos que será sempre útil esta Câmara ouvir não só as propostas do seu grupo de membros desta Assembleia, mas também as opiniões e sugestões da oposição. Situações que poderão parecer sem o devido estudo prévio muito vantajosas para o crescimento futuro, poderão ocasionar retrocessos ao desenvolvimento, prejuízos às infra-estruturas existentes e até incómodos desnecessários.

Vem esta minha intervenção a propósito da notícia veiculada pelo jornal Kaminhos, no qual é noticiada a venda de um terreno com a área de 20.000 metros quadrados propriedade do Município ao preço de 50 cêntimos o metro quadrado, totalizando portanto o valor de 10. 000 Euros.

Ora, segundo o mesmo jornal, este terreno foi adquirido pelo Município pelo valor de 75.000 euros. Significa que mesmo não tendo em consideração o coeficiente de desvalorização da moeda para a actualização do seu valor o terreno é alienado com um prejuízo de 65.000 euros. Perante a leitura da referida notícia são levantadas algumas questões para as quais solicitamos os esclarecimentos do Exmo. Executivo, uma vez que um assunto de tão relevante importância não é agendado para discussão deste Órgão.

1. É ou não verdade que esta Câmara deliberou por unanimidade dos seu executivo alienar um terreno Municipal?

2. É ou não verdade que a deliberação desta Câmara é anterior à criação da empresa interessada no imóvel e conseqüentemente sem a devida apresentação da documentação necessária para a respectiva candidatura, nomeadamente certidão da conservatória do Registo Comercial, certidão de não dívida à Segurança Social e ao Estado? 3. É ou não verdade que a deliberação foi tomada sem garantias de viabilidade de execução do projecto a que se destina o Terreno?

4. É ou não verdade que a deliberação foi tomada sem garantias de que a empresa possui capacidade financeira para a realização do projecto?

5. É ou não verdade que esta Câmara desconhece a capacidade técnica do quadro de pessoal que irá garantir o funcionamento do projecto?

6. É ou não verdade que a deliberação foi tomada sem que tenha havido concurso público para a alienação do terreno?

7. Para alienação deste património é ou não necessário o parecer desta Assembleia Municipal?

Elencadas estas dúvidas, solicitamos ao Exmo. Executivo as devidas respostas para que esta Assembleia possa ter desta operação uma esclarecida opinião.

Por outro lado e porque este assunto já foi tratado em reunião da Câmara Municipal a 17 de Janeiro, pensamos que seria útil tanto a esta Assembleia como à Câmara, ter agendado para hoje, a sua análise. Agradecemos a V. Exa. os devidos esclarecimentos."

O Senhor Presidente da Câmara relativamente às questões colocadas pelo Senhor Deputado Acácio Dias começou por dizer o seguinte:

"Para o senhor perceber todas estas questões deveria ter lido o edital que foi afixado sobre este assunto e que era bem explícito. Quero dizer-lhe também que a deliberação que foi tomada por unanimidade na Câmara Municipal, foi para a instalação de equipamento que ronda um investimento cerca de um milhão de contos na área social. Parece-me que o senhor está a por em dúvida coisas que são perfeitamente normais neste tipo de processo,

pois se existirem algumas dúvidas estas serão explicadas com facilidade porque o único interesse por parte da Câmara Municipal é servir os interesses do Concelho. Naturalmente iremos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para que este investimento vá para a frente, porque um investimento destes com os postos de trabalho que implica e na área em que é justificada todo o empenho por parte do Executivo.

Quero também informá-lo que existe uma cláusula no contrato que em caso de incumprimento dos prazos de construção por parte do promotor, todo o investimento feito volta à Câmara Municipal sem qualquer encargo ou custos para esta.”

O Senhor Deputado Acácio Bernardo Nunes Dias (PSD) afirmou:

“A função desta assembleia é precisamente levantar estas questões e se são investimentos tão importantes para o desenvolvimento do concelho, porque é sonhada essa informação, porque não consta da informação do presidente que foi enviada a esta assembleia.”

O Senhor Presidente da Câmara disse:

“A Câmara fez uma oferta pública para o investimento de um equipamento na área social e não para qualquer outro fim.”

O Senhor Deputado José Martins da Fonseca (PS) disse:

“Sobre este assunto confesso que não sabia quase nada, embora o sistema dos editais seja legal não está muito adaptado aos tempos modernos, pelo que nem sequer sei onde são afixados. Pelo pouco que vi e ouvi da comunicação social há algo que estranho fortemente, porque se o executivo reuniu e deliberou por unanimidade aprovar o investimento, e as razões que levaram dar o dito por não dito terão sido o facto de a sociedade promotora do investimento ainda não estar constituída como tal.

Como pessoa jurista não me repugna que seja adjudicada um investimento a uma pessoa jurídica ainda não constituída.

Pelo que quem votou favoravelmente esse investimento, das duas uma, ou não sabia do que se tratava e nesse caso teria que ter votado desfavoravelmente ou se sabia e votou favoravelmente não pode depois criar descrédito. Talvez fosse curial informar melhor os membros da assembleia para que estes pudessem fazer perceber toda esta confusão.”

O Senhor Deputado Acácio Bernardo Nunes Dias (PSD) disse:

“O Senhor Presidente disse há pouco quando se falou no Hospital da Retaguarda que pretendia ser esclarecido sobre o que tinha sido feito ao subsídio atribuído para este empreendimento. Será que Senhor Presidente continua a defender a criação daquela infra-estrutura apoiada pela Santa Casa da Misericórdia? Ou aquela ficou definitivamente afastada das intenções do executivo? Estará a Câmara Municipal disposta a financiar aquela infra-estrutura se as intenções se concretizarem?”

A Senhora Deputada Ilda Maria Barroso Leal (CDU) disse:

“Qual a credibilidade deste investimento e quais as garantias? Gostaria também de ser informada se os nossos idosos vão ter acesso a estes quartos?”

Gostaria também de perguntar ao Senhor Presidente se já tem alguma informação concreta por parte da DREC sobre o encerramento das escolas do 1º ciclo no Concelho de Belmonte.

Gostaria também de ser informada relativamente a um requerimento apresentado pela CDU na última Assembleia Municipal a solicitar em que termos foi feita a cedência do terreno com vista à construção do lar em Caria do qual ainda não obtivemos resposta.

Pergunto por último se o senhor presidente esteve presente na reunião realizada em Castelo Branco com a ARS e os Senhores Presidentes de Câmara do Distrito. Se esteve qual o resultado dessa reunião em termos práticos para o Concelho de Belmonte.”

O Senhor Presidente da Câmara começou por responder às questões que lhe foram colocadas pelo Senhor Deputado Acácio Dias (PSD), e disse:

“O que nós tínhamos era ali um promotor disposto a fazer um investimento significativo em Belmonte. A câmara municipal achou o investimento interessante e desejável no seu todo, só que gerou-se alguma discussão à volta deste tema, pelo facto de a empresa promotora ter sido criada alguns dias depois da deliberação camarária, e o que se punha em dúvida era a capacidade jurídica do promotor para a realização deste investimento. Ficou em aberto o esclarecimento para essa questão e caso se viesse a verificar alguma ilegalidade a deliberação teria que ser revogada.

Em relação às questões colocadas pela Senhora Deputada Ilda Barroso queria dizer-lhe que não tenho qualquer garantia dos investimentos, porque a única garantia que temos é a salvaguarda das condicionantes da adjudicação e essas passam por um prazo estabelecido de seis meses para o início das obras que numa primeira fase atingiria dois anos de construção e numa segunda fase até aos quatro anos após a celebração do contrato.

Relativamente ao encerramento das escolas do 1º ciclo no concelho houve uma reunião onde nos foram transmitidas as intenções por parte do Ministério da Educação relativamente a esta situação.

No que concerne à cedência dos terrenos para a construção do lar em Caria a Câmara cedeu o terreno gratuitamente.”

O Senhor Deputado Acácio Bernardo Nunes Dias (PSD) disse:

“Relativamente a doação do terreno de que o Senhor Presidente falou à Santa Casa de Misericórdia de Belmonte esta é uma sociedade de direito público com capacidade e demonstrada e em nada comparável com a situação que estamos a analisar.”

O Senhor Deputado José Martins da Fonseca (PS) disse:

“Isto é uma decisão política e quem tem que tomar as decisões políticas são os órgãos legitimamente eleitos e fica bem aos órgãos eleitos encontrara alternativas e não admitir monopólios de espécie nenhuma sobre tudo quando os organismos não são controláveis como os outros.”

O Senhor Deputado António Luís Nave D`Elvas (PSD) disse:

“Sobre o assunto investimento aqui protelado tenho a dizer que estou totalmente de acordo e apoio incondicionalmente este tipo de investimento porque é deveras importante ao desenvolvimento a Belmonte.

Gostaria também de ver aqui uma questão esclarecida que é nomeadamente se o Senhor Presidente continua ou não disponível para apoiar a Santa Casa da Misericórdia relativamente ao Hospital da Retaguarda.”

O Senhor Presidente da Câmara respondeu:

“Reconheço que há necessidade de um investimento desse género em Belmonte e a câmara estará disponível para fazer parcerias de uma forma clara com um parceiro que manifeste interesse nesta matéria.”

O Senhor Presidente da Assembleia declarou que se iria fazer um intervalo de 5 minutos.

O Senhor Presidente da Assembleia retomou os trabalhos dando a palavra ao Senhor António Manuel Gonçalves Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte.

O Senhor António Manuel Gonçalves Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte disse:

“Soube através da comunicação social que os doze municípios da Cormubeiras e o Fundão se reuniram a propósito da elaboração de um plano de desenvolvimento para os próximos sete anos que vai incluir todas as obras que a comunidade a Beira Interior norte e a Cova da Beira necessitam até 2013. Sobre este plano estratégico passo a citar “a ideia é que os municípios envolvidos preparem um pacote conjunto de obras para candidatar ao Quadro Nacional de Referência Estratégica que vai gerir os dinheiros europeus até 2013 num período correspondente ao próximo quadro comunitário de apoio.” Pretendia saber se a ligação Sul da Vila de Belmonte mais concretamente ao nó de Malpique que virá substituir a estrada da Quinta das Pereiras à ligação daquele Nó, cabe nesse pacote conjunto e se está incluída nesse plano de desenvolvimento. Gostaria também de ser informado de qual a intenção desta câmara relativamente à construção da VISEB.”

O Senhor Deputado António Luís Nave D`Elvas (PSD) disse:

“No que concerne à actividade municipal referi-me a alguns aspectos que me parecem pertinentes. Numa das últimas sessões da Assembleia Municipal fiz uma intervenção sobre a Feira Medieval e como deveria ser a sua planificação, ao que me é dado a perceber essa planificação continua a ser feita de uma forma pouco planeada, e constatamos que a Empresa Municipal que é responsável por esse invento não dá a este evento qualquer tipo de expressão, não é visível qualquer tipo de actividade relevante o que me deixa apreensivo.

Reparei também que no Belmontino faz-se referência a umas estatísticas relativas às visitas dos turistas a Belmonte e qual a minha surpresa que verifiquei que de um ano para o outro o número de visitantes aumentou quatro vezes. Estes valores advêm do somatório de todas as entradas em todos os museus o que corresponde a 41 000 entradas, só que se o dividirmos por quatro poderemos verificar que estiveram apenas 12960 pessoas, muito longe do valor descrito o que induz em erro. Pelo que é necessário saber quanto disto é resultado da actividade promotora da Empresa Municipal, se estas visitas são planificadas ou se acontecem ao acaso.

Relativamente a outros aspectos deixaria aqui duas recomendações:

Em primeiro lugar que o executivo fizesse um reforço na recolha do lixo na zona histórica, uma vez que os turistas, e todos nós somos confrontados com um amontoar de lixo naquela zona.

Em segundo lugar, na minha opinião, haveria a necessidade de retirar o trânsito da Zona Histórica, isto porque numa zona daquelas, não fica lá muito bem aquela confusão toda de carros estacionados em qualquer sítio, o que dificulta o próprio acesso pedonal de quem a visita.”

O Senhor Presidente da Câmara respondeu às questões que lhe foram colocadas:

“Em relação à reunião tida com a Cormubeiras, tenho a dizer que esta contratou uma empresa especializada, para fazer uma compilação do que seriam as intenções dos municípios, para depois serem analisados conjuntamente, para que se elegessem projectos que se enquadrassem no QREN e tivessem uma dimensão regional no desenvolvimento e que todos os municípios estivessem presentes em termos de obra.

Relativamente à ligação Sul da Vila de Belmonte ao Nó de Malpique está referenciada, mas existem na Cormubeiras 480 intenções de projecto. Esta é uma obra identificada, mas faz parte das obrigações do IEP e espera-se que seja feita através deste Instituto.

Quanto à Feira Medieval está a ser tratada em sede da Empresa Municipal e em relação às entradas, devo dizer-lhe que são mesmo entradas pagas nos museus e não visitantes, pelo que seja avaliado de forma que for, há um crescimento significativo.

Em relação ao problema do lixo na Zona Histórica irei tomar nota e alertar os serviços para verificarem essa anomalia. Em relação ao estacionamento na Zona Histórica, nós não queremos uma Zona Histórica abandonada sem vida, queremos sim, uma Zona Histórica com vida com pessoas a habitá-la porque se as privar-mos do estacionamento, aquela zona depressa ficará ao abandono.

Relativamente ao processo da VICEB está numa fase de contacto com os proprietários para se proceder às expropriações, o que nem sempre é tarefa fácil, uma vez que alguns deles residem no estrangeiro, pelo que irá demorar algum tempo.”

O Senhor Presidente da Assembleia deu o ponto como encerrado e passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

4.2 – PROJECTO DE REGULAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra aos intervenientes:

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que a alteração ao regulamento de horário supra citado devia-se apenas a uma actualização por forma adapta-lo à nova legislação.

O Senhor António Manuel Gonçalves Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte disse:

“Em relação a este ponto não me revejo em algumas limitações de horários aqui previstas, mas não concordar, não significa não aceitar, pelo que votarei favoravelmente, embora fique aqui ressalva de não concordo com o encerramento das esplanadas às 24 horas previsto que na alínea 2 do artigo nº 12 nem com o encerramento dos estabelecimentos do Tipo 2 às 2 horas como está prevista na alínea b) do artigo 3º.”

O Senhor Deputado Acácio Bernardo Nunes Dias (PSD) disse:

“O artigo 3º causa alguma confusão da forma como está descrito, porque não vê qual é a diferença no horário referente aos dias da semana entre a alínea a), b) e c), pelo que deveria ser feita uma introdução que facilitasse a interpretação.”

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que as esplanadas podem ter o mesmo horário de funcionamento que os estabelecimentos, desde que não se interfira com o descanso das pessoas, pelo que esta situação é uma questão de ordem pública.

O Senhor Presidente da Assembleia informou que se iria passar à votação do ponto em discussão. Tendo a Assembleia Municipal deliberado, por maioria com 16 votos a favor e 2 abstenções aprovar o projecto de regulamento de horário de funcionamento apresentado.

4.3 – ADESÃO E APROVAÇÃO DOS ESTATUTOS “ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL” – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO:

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu:

Trata-se da constituição de uma Associação sem fins lucrativos, a ser formada pelos doze municípios das Aldeias Históricas, para que se desenvolva um processo de promoção, divulgação e animação dessas aldeias históricas. Está a ser promovida e acompanhada pela CCDR e esperamos, com esta associação que, se consigam os mecanismos necessários, para que haja uma articulação mais integrada de todos estes interesses.”

O Senhor Deputado José Martins da Fonseca (PS) disse:

“A conjugação de esforços faz sempre mais do que um indivíduo só, fazer parte de uma associação com essa finalidade é óptimo, pelo que faço votos que a intervenção na associação seja cuidada no dia-a-dia.”

O Senhor António Manuel Gonçalves Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte disse:

“Em relação a este ponto irei votar favoravelmente, pelo que tenho muito orgulho em ser presidente de uma freguesia que está integrada no Programa das Aldeias Históricas. Tenho feito alguns contactos, e posso dizer que tive a oportunidade de falar pessoalmente com a maior parte dos presidente de junta de freguesia que fazem parte da rede das aldeias históricas, e devo dizer-lhe que é com profunda tristeza que posso afirmar que Belmonte é a única Aldeia Histórica em que o respectivo Presidente de Junta nunca foi chamado para emitir opinião sobre o que fosse. Todos os outros presidentes de junta foram convidados pelas respectivas câmaras municipais, acompanharam o processo a par e passo e inclusivamente, foram chamados a emitir pareceres. Gostava que a Câmara Municipal de Belmonte ouvisse mais vezes o Presidente de Junta, uma vez que é dever deste intervir e emitir opinião naquilo que diga respeito à sua freguesia.”

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu:

“A integração de Belmonte no programa das Aldeias Históricas, foi um exercício de muitos meses que foi tratado com alguma descrição. Isto porque havia várias candidaturas

de municípios que queriam integrar a rede da aldeia histórica, pelo que não houve qualquer intenção por parte da câmara em excluir fosse quem fosse deste processo.”

O Senhor Presidente da Assembleia informou que se iria passar à votação do ponto em discussão. Tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade aprovar a proposta apresentada.

O Senhor Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

2 – 1º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES MUNÍCIPIES:

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público presente tendo intervindo o Senhor Município Carlos Alberto Duarte Afonso.

O Senhor Carlos Alberto Duarte Afonso disse:

“Vai fazer vinte anos no mês de Abril, que esta Assembleia Municipal tomou uma deliberação em dar o nome de Zeca Afonso a uma rua de Belmonte e construir um monumento. Vinte anos passados, nada há que se pareça com nome de rua ou monumento, ainda vamos a tempo de rectificar essa lacuna, cumpram esta deliberação com vinte anos dêem o nome de Zeca Afonso a uma rua e construam-lhe um monumento de acordo com a sua dimensão humana.”

O Senhor Presidente da Assembleia propôs a aprovação de todas as deliberações em minuta, tendo a Assembleia deliberado aprovar por unanimidade.

E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada esta reunião, da qual eu, _____, Primeiro Secretário da Mesa,